

Da dissidência à profecia

José Bittencourt Filho

Aos verdugos que ordenaram ao Mestre mandasse calaram-se os que 'hozanavam' em Jerusalém a chegada do que vinha em nome do Senhor, o Mestre responde: "Se estes se calarem, as pedras vão gritar." O teólogo-escritor convida-nos a perceber, que nem o *leitmotiv* de uma partitura wagneriana, através das últimas décadas, na história deste Brasil, a presença da eternidade das dissidências fiéis a proclamarem (profetizarem) ecumenicamente (única maneira eterna de proclamar) a presença dos "Sinais do Reino" em sonhos não-acordáveis e visões não-apagáveis

O PANORAMA

Quando o fundamentalismo e o carismatismo ainda não haviam se tornado inteiramente hegemônicos, parece que os embates se davam entre as bem instaladas burocracias dirigentes e governantes das denominações contra os círculos mais intelectualizados e os movimentos de juventude. Estes eram os protagonistas principais nos debates teológicos e ideológicos, tácitos ou explícitos, que causavam inquietação nas denominações. O cenário desse embate foram os anos que comporta a *Era JK*,

também conhecida como os *Anos dourados*. Nesse cenário o Brasil vivia um novo decurso de modernização econômica e cultural, e nele os sonhos trazidos nas maletas dos missionários no século XIX pareciam estar finalmente realizados; afinal de contas, o Brasil se tornara uma democracia representativa *como manda o figurino*, com instituições estáveis, e ainda implementava um modelo econômico bem afinado com as preferências do capitalismo hegemônico à época.

Contávamos com o apoio da *Aliança para o Progresso* e outros expedientes norte-americanos para conduzir os subdesenvolvidos ao paraíso da plena industrialização e preencher as lacunas deixadas pelo atraso. A política de substituição de importações ia de vento em popa, a despeito da inflação galopante decorrente da construção de Brasília. Enquanto alguns intelectuais de esquerda começavam a desvendar as sutilezas da dependência econômica, o Brasil elegia com uma votação recorde um presidente aparentemente nacionalista e moralista, que se apresentava como um combatente contra a corrupção e em favor dos bons costumes.

Quanto ao País, este viu suas esperanças frustradas pelo mesmo presidente, que além de moralista era autoritário e tentou assumir plenos poderes por meio de um golpe enviesado; acabou renunciando com menos de um ano de

governo, fato que determinou a posse do vice-presidente com um mandato assombrado pelo fantasma de Getúlio. Como ninguém gosta de fantasmas, tentaram limitar os poderes presidenciais por meio de um parlamentarismo de última hora, que foi fragorosamente derrotado pela população num plebiscito.

O fantasma continuava rondando o palácio e cochichou no ouvido do presidente latifundiário que ele deveria implementar umas tais *reformas de base* que só iriam beneficiar as massas empobrecidas. Como ele tinha apoio de algumas centrais sindicais e de movimentos de trabalhadores rurais, o caos estava instalado; afinal de contas esse presidente estaria querendo implantar uma república sindicalista (no modelo de Perón), um caminho aberto para o comunismo! Pronto: as senhoras paulistanas deixaram seus amenos afazeres e lideradas por piedosos sacerdotes saíram numa passeata que viria a ser decisiva para criar um clima favorável ao golpe. Em permanecendo o governo, a Igreja temia a perda de muitos dos seus bens e de boa parte de sua influência política, ademais aquelas pobres senhoras estariam sendo seriamente ameaçadas por um regime que pretendia misturá-las com o povo brasileiro! Tudo isso era insuportável!

Os arquitetos do golpe pensaram: bastava aguçar o vezo golpista de certos

oficiais superiores das Forças Armadas, fazer valer teses da Guerra Fria então no auge, e conseguir o apoio do pessoal do setor financeiro. Assim, bastou que um agente da Agência de Informações (CIA) infiltrado entre os marinheiros liderasse uma modesta sublevação para que a possibilidade inaceitável da quebra da hierarquia militar levasse alguns generais, almirantes, brigadeiros e coronéis a decidirem derrubar o presidente eleito pela força. Aliás, uma força que não precisaram usar no primeiro momento, porquanto não houve resistência. As perigosas organizações que apoiavam o governo, não tinham armas, nem organização, nem peso numérico, nem base popular para resistir. Não faltou uma generosa colaboração da maioria do Congresso, composta por reacionários e fisiológicos de todos os matizes.

Vale rememorar também que o Brasil, após a primeira redemocratização, sofreu um processo de industrialização que ocasionou um autêntico êxodo rural decorrente da carência crônica de políticas fundiárias compatíveis com as necessidades dos trabalhadores rurais. As melhores terras ficaram nas mãos de agroindústrias voltadas para a exportação. Para os camponeses restava apenas migrar para os grandes centros urbanos em busca de oportunidades.

Já no início da década de 1960 se configurava uma situação drástica porquanto as indústrias não conseguiam corresponder à demanda por empregos, sendo que os setores mais rentáveis caíram nas mãos das multinacionais, restando à indústria nacional um quinhão pouco competitivo e tecnologia obsoleta. Como era de se esperar, esse modelo contribuiu para a concen-

Em permanecendo o governo, a Igreja temia a perda de muitos dos seus bens e de boa parte de sua influência política, ademais aquelas pobres senhoras estariam sendo seriamente ameaçadas por um regime que pretendia misturá-las com o povo brasileiro! Tudo isso era insuportável!

tração de terras e de renda, para a exploração desenfreada e irracional de recursos minerais, deterioração salarial, além, das aludidas migrações internas massivas.

Os centros urbanos não reuniam condições para atender, nem econômica nem socialmente os contingentes populacionais que a eles acorreram. Assim, cresceram tanto o déficit habitacional quanto o de serviços públicos, que concorreram para a incidência de invasões, cortiços, favelas e especulação imobiliária. O modelo desenvolvimentista mostrava sinais de esgotamento. Sem contar que ficava evidente a conexão entre a necessidade da Reforma Agrária e a problemática urbana correspondente, em face dos movimentos migratórios internos.

Como era de se esperar, na mesma década surgiam no cenário político novos atores: os movimentos populares, sociais e estudantis. Assim, as avenidas das capitais brasileiras e latino-americanas estavam frequentemente tomadas por trabalhadores grevistas e estudantes combativos. Os intelectuais questionavam as teorias clássicas e começavam a desvendar as sutilezas da dominação capitaneada pelos norte-

americanos. Em face das condições econômicas desfavoráveis, setores populares respondiam com maior organização; e a luta armada se apresentava como uma alternativa recorrente.

Em contrapartida, na perspectiva do capital internacional chegara o momento de patrocinar o endurecimento dos regimes capazes de conter as greves e as reivindicações populares, as invasões de terras e as mobilizações lideradas pelas esquerdas. Portanto, o momento era de insuflar golpes de Estado *manu militari*, capazes de salvaguardar os investimentos e os lucros e que tivessem a dependência e o endividamento externo como esteio.

No Brasil, muito embora de forma difusa, as camadas populares pareciam crescer em consciência quanto aos seus direitos e possibilidades. A bandeira da reforma agrária estava sendo alçada com uma ênfase até então inédita. Nos meios estudantis a discussão acerca de novos modelos de sociedade parecia se aprofundar. Para muitos, tudo indicava uma nova configuração política, e não seriam poucos os debates sobre o prazo para o seu estabelecimento! Enquanto isso, no plano cultural, as propostas esquerdizantes eram divulgadas com uma desenvoltura considerável. A literatura, a música popular, o teatro e o cinema preconizavam um novo tempo tão acalentado. Parecia nítido que o modelo dominante agonizava. Olhando retrospectivamente, podemos dizer que muitos pecaram pelo ufanismo, pelo voluntarismo e, sobretudo, por subestimarem a capacidade sistêmica de manutenção e auto-recuperação.

A rigor, porém, pode-se afirmar que após as décadas de 1950 e 1960, a América Latina nunca mais foi a

mesma. Indubitavelmente, os eflúvios da Revolução Cubana e das diferentes correntes nacionalistas contribuíram para uma mobilização dos corações e das mentes numa intensidade jamais vista até então.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

Nesse quadro, na cidade de Lima e com apoio internacional, nasce a *Junta Latinoamericana de Iglesia y Sociedad* (1961). Tinha como meta corroborar a ação das Comunidades de Fé oriundas do protestantismo histórico regional para que pudessem responder à altura, aos grandes desafios missionários que a agenda da sociedade apontava, ou seja, anunciar o Reino de Deus num continente abalado por transformações inusitadas e com desdobramentos imprevisíveis. Pouco tempo depois de sua fundação, essa mesma *Junta*, inicialmente um organismo oficial das confederações das igrejas protestantes, iria transformar-se numa entidade dotada de uma dinâmica de movimento e denominada *Iglesia y Sociedad en América Latina* (Isal).

Para as igrejas reunidas em Lima podiam ser detectadas duas grandes tendências: uma que considerava a participação social como um ministério particular ao lado dos demais; e a outra que avaliava a absorção da questão social como imprescindível para a tarefa missionária. Para ambas, aquele conclave representou um grande impacto, posto que a tomada de consciência quanto à realidade social latino-americana, com a utilização de referenciais bíblicos, teológicos e científicos apropriados representava uma novidade absoluta. Muitos, pela primeira vez, com o manejo do instrumental científico, puderam identificar

O momento era de insuflar golpes de Estado *manu militari*, capazes de salvaguardar os investimentos e os lucros e que tivessem a dependência e o endividamento externo como esteio

o atrelamento de suas organizações confessionais a determinados projetos políticos e ideológicos.

A implantação de federações de igrejas protestantes na América Latina remonta às primeiras décadas do século XX. Vale registrar que, em boa parte, elas foram resultantes das políticas do Comitê de Cooperação para a América Latina, instituído após a Conferência Pan-Americana de Missões (Panamá, 1916). As Federações foram signatárias do Documento de fundação da *Junta Latinoamericana*, uma vez que exerciam função estratégica nas intervenções sociais das igrejas por toda a Região.

O DILEMA

Nesta altura é importante ressaltar que no decênio de 1950, aproximadamente, as igrejas do Protestantismo Histórico brasileiro depararam-se com três alternativas de inserção na realidade brasileira. Tais alternativas nasceram em função do esgotamento do projeto político, eclesiológico e missionário, embutidos na proposta evangelizadora que as missões norte-americanas haviam trazido consigo no segundo quartel do século anterior. A formação econômico-social brasileira nesse período atingira o estágio almejado pelo projeto importado, isto é, a par-

tir daquele momento o Brasil estava definitivamente para o “clube” do capitalismo internacional.

Fazia-se necessário reformular o substrato da proposta evangelizadora, estabelecendo-se, entre outros procedimentos, novas relações com a sociedade circundante. Nesses casos a inclinação mais freqüente era o apego às coisas tais como são, e nisso reside a gênese do conservantismo. Outra conduta comumente reiterada é voltar-se para as dimensões “espirituais”, daí o carismatismo. A menos comum é a alternativa que propugna por alterações radicais, capazes de abalar as estruturas e as formas obsoletas, bem como substituí-las por outras mais consonantes com os novos desafios.

O conservantismo costuma ser alimentado pelas instâncias burocráticas dirigentes, que o impõem ao coletivo eclesiástico por intermédio de dispositivos políticos e jurídicos. No Brasil, essas instâncias tornaram-se beneficiárias do clima autoritário implantado pelo golpe de 1964, e foram as principais agentes dos expurgos e perseguições que se multiplicaram no âmbito eclesiástico protestante. Por sinal, já nos primeiros anos da década de 1960, tanto os grupos que optaram pela chamada “renovação espiritual” (carismatismo), quanto os defensores da “responsabilidade social da Igreja” (contextualização), foram excluídos e punidos de várias maneiras pelas instâncias dirigentes de suas respectivas denominações.

Os cristãos protestantes defensores de uma postura ecumênica que necessariamente passava pelo engajamento social puderam durante algum tempo encontrar refúgio em organizações e movimentos ecumênicos, no Brasil e

nos países do Cone Sul. Contudo, o recrudescimento dos regimes de Segurança Nacional, assim como a conjuntura adversa nas denominações mantiveram esses cristãos algo confinados, e seus grupos foram transformados em autênticas *ilhas de dissidência*, cercadas por um mar de obscurantismo.

Em suma, pode-se asseverar que no contexto latino-americano, com o fracasso do modelo desenvolvimentista, sem alteração no modo de produção e com razoável avanço das forças produtivas, instaurou-se uma crise, cuja solução foi encaminhada por meio da instalação de regimes de Segurança Nacional, com a função precípua de barrar qualquer decurso revolucionário. Neste quadro, os cristãos se aperceberam diante de duas alternativas: (a) ou transplantar todas as expectativas para o plano sobrenatural, e identificar as adversidades com forças malignas metafísicas (pentecostismo, carismatismo, e seitas diversas); (b) ou restaurar os valores e as dimensões libertárias da fé bíblica, sacudindo assim o jugo da “religião burguesa”, utilizando a utopia escatológica do Reino como referência crítica permanente e instância mantenedora da esperança histórica (Teologia da libertação, Comunidades Eclesiais de Base, Organizações Ecumênicas de Serviço).

O sonho era a construção de um projeto eclesiológico ecumênico capaz de repor a dinâmica original da fé bíblica. Isso significaria uma comunidade que não se posicionasse passivamente diante da alienação e da multissecular espoliação. Ademais, destacar-se-iam nessa comunidade a fé militante e a ação diaconal, por meio de uma rede fraterna de pequenas comunida-

Já nos primeiros anos da década de 1960, tanto os grupos que optaram pela chamada “renovação espiritual” (carismatismo), quanto os defensores da “responsabilidade social da Igreja” (contextualização), foram excluídos e punidos de várias maneiras pelas instâncias dirigentes de suas respectivas denominações

des (independentemente da família confessional) de serviço aos desfavorecidos, orientadas por uma lógica de maiorias, enraizadas em suas respectivas realidades locais, sem perder de vista a universalidade do Evangelho.

É oportuno mencionar algumas indagações formuladas à época, cujas respostas funcionavam como diretrizes de ação: Qual a natureza mesma da comunidade de Fé? Quais os critérios para que ela compreendesse a si mesma e efetuasse seu auto-aprimoramento? Qual o lugar da Igreja institucional na superestrutura da sociedade? Como alimentar a tensão dialética entre as estruturas eclesiais e os valores do Reino? Quais seriam os mecanismos de atualização da tarefa evangelizadora para que respondesse adequadamente aos desafios do momento histórico? Em decorrência disso, estabeleceu-se uma “agenda” que contemplava pelo menos três grandes vertentes:

■ **Reforçar** grupos dissidentes que se encontrassem em conflito com as hierarquias institucionais em virtude de incompatibilidades ideológicas. Deve-

riam ser apoiados e assessorados em suas atividades, posto que punham em relevo as contradições do Sistema no plano eclesialístico.

■ **Identificar**, no interior das organizações eclesiais, aqueles grupos que traduzissem e expressassem os interesses das classes dominantes, a fim de denunciá-los de forma clara e consistente.

■ **Elaborar** uma pedagogia destinada às maiorias eclesiais que experimentavam múltiplas modalidades de alienação, dentre as quais a religiosa.

O CENÁRIO

O regime militar aguçou e favoreceu o aparecimento de contradições na conjuntura eclesialística e que já existiam desde algum tempo antes; muito embora, o ambiente de censura, repressão e obscurantismo no mundo evangélico brasileiro se viesse impondo desde alguns anos antes do golpe. Na verdade, o novo regime apenas aprofundou e açudou alguns processos. Contudo, as burocracias dirigentes das denominações perceberam, no golpe, uma oportunidade de ‘oficializar’ e reforçar suas diretrizes obscurantistas, desencadear um processo repressivo mais explícito, e contar com um respaldo político-jurídico para as suas ações persecutórias e integristas.

Em contrapartida, esse cenário induziu as *ilhas de dissidência* a explicitarem suas discordâncias, radicalizarem suas ações, e organizarem sua resistência, tendo o ecumenismo como um valor de referência, inspiradas nos subsídios teológicos, missiológicos, e no apoio oferecido pelas instâncias do Conselho Mundial de Igrejas (CMI), o grande inspirador do movimento ecumênico internacional, criado em

1948, e que nos chega por intermédio das parcelas mais avançadas da Confederação Evangélica do Brasil. Assim, o chamado *cristianismo da libertação* na América Latina e no Brasil, contou com uma vertente protestante significativa que, cronologicamente, antecedeu-se aos católicos no tocante a iniciativas teológicas e pastorais e que, num determinado momento, aliou-se a eles em diferentes situações, inspirados nas diretrizes do movimento ecumênico internacional liderado pelo CMI.

Ainda nos primórdios da década de 1960, o movimento Igreja e Sociedade na América Latina (Isal) aglutinou teólogos, cientistas sociais, filósofos, e lideranças eclesiais, majoritariamente protestantes, que se puseram ombro a ombro para enfrentar as questões de fronteira que percebiam no panorama continental, questões estas que se aprofundaram a partir da sequência de implantação de regimes ditatoriais militares, inaugurada pelo Brasil, e depois seguida pelos países do Cone Sul. Por sinal, durante um certo período, foi delicada a situação dos brasileiros integrantes de Isal, pois, enquanto no Chile, por exemplo, cresciam as expectativas de implantação do socialismo pela via eleitoral, o Brasil vivia o auge da repressão que se seguiu ao Ato Institucional/ 5 (AI-5).

Ao lado da independência financeira obtida por meio do movimento ecumênico internacional, Isal veio também a obter reconhecimento como uma espécie de “consciência política” para diversos movimentos e organizações, religiosos e seculares. Entretanto, seria gradativamente condenado à extinção, entre outras razões, por não ter criado bases eclesiais suficientes que assegurassem a renovação dos seus quadros

No Brasil, os organismos ecumênicos e organizações eclesiais católicas serviram como refúgio para protestantes progressistas, bem como para lideranças sindicais, partidárias e do movimento social durante todo o período ditatorial e ainda por um bom tempo após a redemocratização

dirigentes. A par disso, a repressão crescente acabou por inviabilizar-lhe o funcionamento em várias localidades, inibir-lhe a sistemática de recrutamento e de formação de quadros, bem como impedir a multiplicação dos seus núcleos regionais.

UM EPÍLOGO

Nos primeiros anos de década de 1970, Isal iria desaparecer institucionalmente, e boa parte de suas lutas é transferida para mãos católicas, muito embora seu precioso legado tenha permanecido entre os grupos que apelidamos *ilhas de dissidência*, que permanecem no movimento ecumênico buscando novas formas de sobrevivência, de expressão e de articulação. Vale observar que, no Brasil, os organismos ecumênicos e organizações eclesiais católicas serviram como refúgio para protestantes progressistas, bem como para lideranças sindicais, partidárias e do movimento social durante todo o período ditatorial e ainda por um bom tempo após a redemocratização.

Contudo, após o fim da Guerra Fria, ao que se seguiu a hegemonia do

modelo neoliberal, o neoconservadorismo católico oficial, e o recrudescimento do fundamentalismo evangélico, o cristianismo libertário protestante de índole ecumênica sofreu revezes dos quais ainda não se recuperou. Experimentou pesadas baixas entre suas vanguardas e lideranças, e viu-se de tal modo cerceado pelo *pensamento único*, pelo integrismo eclesial, pelo neoconfessionalismo, pela intolerância religiosa, e pela carência de um projeto de longo prazo, que lhe restaram pouquíssimas alternativas, senão a resistência.

Indubitavelmente, um dos instrumentos mais eficazes para tal resistência é cultivar, preservar, e retomar a memória dos tempos em que se sonhava com um continente livre das velhas oligarquias instaladas no poder, em que o povo organizado pudesse participar das grandes decisões que afetassem o destino das maiorias, houvesse uma distribuição justa da riqueza produzida pelo trabalho, houvesse respeito pela dignidade do semelhante, livre de todos os preconceitos que separam as pessoas, e livre de todas as formas de alienação. E o mais importante: todas essas realizações fossem consideradas Sinais do Reino!

Ontem e hoje, afirmar e proclamar esses sonhos representa profetizar, ou seja, anunciar a vontade do Deus bíblico em tom de boa-nova, e denunciar as artimanhas das estruturas idolátricas que nos aprisionam. Portanto, hoje, resistir também significa honrar a memória dos tempos em que dissidência e profecia foram inseparáveis. ☞

José Bittencourt Filho, professor universitário e assessor de KOINONIA.